



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS  
3ª VARA CÍVEL

FORUM CÍVEL, AVENIDA OLINDA, ESQ/C A RUA PL -3, QD.: G, LT.: 04, 5ª ANDAR, PARK  
LOZANDES, GOIÂNIA - GOIÁS, CEP.: 74884-120, whatsapp (62)30186525, e-mail:  
varciv3goiania@tjgo.jus.br,

Valor: R\$ 100.000,00  
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Processo de Conhecimento -> Procedimento de Conhecimento -> Procedimentos Especiais -> Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa  
GOIÂNIA - 1ª UPT VARAS CÍVEIS: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª E 32ª  
Usuário: JAMES FREDERICO ROCHA COELHO - Data: 07/12/2023 15:09:48

Processo n. 5293592-15.2021.8.09.0051  
Parte autora: ZANDER CAMPOS DA SILVA JÚNIOR  
Parte requerida: Zandarlene Carneiro Campos

## DECISÃO

A partir da peça de emenda reproduzida no movimento n. 29, tem-se que cuida-se de ação de retificação de dissolução de sociedade c/c apuração dos haveres proposta por ZANDER CAMPOS DA SILVA JÚNIOR em face de ZANDARLENE CARNEIRO CAMPOS, ZANDER CAMPOS DA SILVA e CANNES PUBLICIDADE LTDA, tendo sido formulado pedido de antecipação dos efeitos da tutela para a retirada a restrição do nome do requerente junto aos órgãos de proteção ao crédito, sob o argumento de que não há a comprovação de que os débitos sejam de sua responsabilidade.

Explica que após o falecimento da Sra. Zilma, matriarca da família, na data de 14 de dezembro de 2018, o Requerente e Requeridos, assinaram a 52ª Alteração Contratual da pessoa jurídica Cannes Publicidade Ltda., inscrita no CNPJ sob nº 01.542.307/0001-87, com NIRE JUCEG sob o nº 5220000874-1, visando com isso a formação do novo quadro societário, sendo que os três configuravam como sócios.

Em razão de divergências entre os sócios, em 28 de maio de 2019 o autor comunicou pela primeira vez a intenção de se afastar da sociedade, caso não fosse possível o alinhamento de ideias, não havendo a sua retirada.

Em 02 de dezembro de 2019, em outra reunião de sócios realizada na presença de advogados das partes, o autor formalizou o pleito e informou que deixaria a empresa em 31 de janeiro de 2020, após o cumprimento do prazo previsto no contrato social, e que a partir da referida data não mais responderia pelos atos da pessoa jurídica.

Afirma o autor também que em 10 de março de 2020 enviou aos demais sócios da Cannes Publicidade Ltda., Zander Campos da Silva e Zandarlene Campos, Notificação Extrajudicial informando seu desligamento do quadro societário da empresa.



Alega que os demais sócios ignoraram todos os seus pedidos de retirada da sociedade, conduzindo a empresa da maneira que era conveniente para ambos, permanecendo o autor sem qualquer controle sobre as suas atividades desde janeiro de 2020, apesar da manutenção do seu nome no quadro societário.

Afirma ainda o requerente que na data de 11/12/2020 encaminhou novamente aos sócios nova correspondência com pedido de desligamento do quadro social, recebendo deles uma Proposta/Minuta em 13/01/2021, na qual, em resumo, nada receberia da empresa.

Em razão da proposta que lhe foi enviada, contranotificou-os por meio de seus procuradores, isso no dia 22/03/2021, com os pontos que precisam ser debatidos e sanados.

Diz que na data de 23/10/2021 foi surpreendido com a notificação de que houve a alteração do contrato social, constando que desde 23/07/2021 já não mais respondia pela empresa Cannes, sendo que a assembleia realizada para alteração do quadro societário ocorreu sem a sua participação, sob o argumento de que não teria sido localizado.

Como a 53ª alteração do contrato social ocorreu apenas em 23/07/2021 e a parte autora já não detinha qualquer controle sobre as atividades da empresa desde janeiro de 2020, não possui conhecimento das movimentações financeiras ocorridas nesse período de mais de 01 (um) ano e 07 (sete) meses, bem como de obrigações assumidas em seu nome, sejam elas créditos e/ou débitos que refletem diretamente na saúde financeira da empresa.

Explica que encontra-se com seu nome inscrito junto aos órgãos de proteção ao crédito, com datas de 10/2020 pelo Serasa e em 04/2021 pelo SPC, ou seja, posteriores ao seu pedido de retirada do quadro societário, de modo que defende que esses débitos podem não ser de sua responsabilidade e que está sofrendo as consequências como se fossem.

Requer a retificação da data da dissolução da sociedade com a alteração na Junta Comercial do Estado de Goiás (JUCEG) de 23/07/2021 para 31/01/2020, data em que anunciou a sua saída da empresa, em reunião realizada em 02 de dezembro de 2019, na presença de advogados das partes.

Pleiteia a concessão de medida liminar que determine a retirada da restrição do seu nome junto aos órgão de crédito, sob o argumento de que esses débitos não podem ser de sua responsabilidade, haja vista que não faz parte do quadro societário da empresa CANNES PUBLICIDADE LTDA desde 31/01/2020, não possuindo a sua anuência com relação a qualquer ato realizados após a referida data, enquanto que as ocorrências datam de 10/2020 e 04/2021.

**É o que se oportuna relatar.**

**Passo a decidir.**

Para a concessão de tutela provisória de urgência, conforme preconiza o artigo 300, do Código de Processo Civil, são necessárias as configurações da possibilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, devendo a presença destes requisitos ser verificada de acordo com o convencimento do juiz.



Assim, a concessão ou não de eventual tutela de urgência de natureza antecipada impõe ao magistrado a análise de sua irreversibilidade, ou seja, a possibilidade de retorno ao status quo (art. 300, § 3º, CPC).

A irreparabilidade do prejuízo de quem pede a antecipação deve ser examinada em face da possível irreversibilidade dos efeitos causados pela medida.

Marinoni, Arenhart e Mitidiero, *in* Novo Código de Processo Civil Comentado, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 312-313, explicam: "*A probabilidade que autoriza o emprego da técnica antecipatória para a tutela dos direitos é a probabilidade lógica, que é aquela que surge da confrontação das alegações e das provas com os elementos disponíveis nos autos, sendo provável a hipótese que encontra maior grau de confirmação e menor grau de refutação desses elementos. O juiz tem que se convencer de que o direito é provável para conceder a tutela provisória. (...) A tutela provisória é necessária simplesmente porque não é possível esperar, sob pena de o ilícito ocorrer, continuar ocorrendo, ocorrer novamente, não ser removido ou de dano não ser reparado ou reparável no futuro.*"

Assim, é preciso ler as expressões perigo de dano e risco ao resultado útil do processo como alusões ao perigo na demora.

Vale dizer: há urgência quando a demora pode comprometer a realização imediata ou futura do direito.

Como se pode notar de tal preceptivo, a antecipação pretendida é medida processual extrema, sendo cabível tão somente nos casos em que a existência de possibilidade do direito vier acompanhada de perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Ao compulsar dos autos, em sede de cognição sumária, não vislumbro o preenchimento de ambos os requisitos.

*In casu*, a probabilidade do direito não se revela tão clara, enumero os motivos:

1º) A parte autora não apresenta sequer as datas dos vencimentos dos débitos negativados, muito menos das conclusões das obrigações a que se referem, posto que apenas indica as datas das ocorrências das negativações (10/2020 e 04/2021), ou seja, de quando tais débitos vencidos foram comunicados aos órgão restritivos de crédito;

2º) Como o próprio autor atesta, não há nem mesmo juízo próprio de certeza de que tais débitos lhe são devidos, mas apenas que "***podem não ser de sua responsabilidade***" (subliquei);

3º) A discussão revela-se complexa, recaindo na análise da extinção da *affectio societatis* em empresa administrada por familiares, sendo narrado pelo autor que se tornou sócio em dezembro de 2018, mas que já em maio de 2019 teria formalizado seu primeiro pedido de retirada, por motivos que iniciaram-se em 2017, ou seja, que antecedem à sua inclusão como sócio, conforme relata na exordial. Veja:

Na oportunidade, o Autor descreveu de próprio punho razões para a sua efetiva retirada da sociedade. Dentre os vários motivos, os quais se iniciaram-se em 2017, após o falecimento da Sra. Zilma estão: decisões tomadas pelos demais sócios sem o seu consentimento, acordos societários com interferência na área Comercial e de Operações, comandada pelo Autor, problemas com o pagamento de seu pró-labore, ausência dos sócios na tomada de decisões imprescindíveis e indispensáveis na atividade empresarial, sobrecarga de trabalho e responsabilidades que sequestram de sua alçada, total falta de compreensão dos demais sócios, retiradas, antecipações de valores para os sócios custearem despesas pessoais e até mesmo não cobrança de dívida de sócios em um momento que a empresa estava passando por dificuldades financeiras.



**Trecho da peça de emenda (mov. 29)**

**Nessa seara, o INDEFERIMENTO da tutela de urgência solicitada na proemial é a medida que se impõe neste momento processual.**

Em atenção ao princípio constitucional da duração razoável do processo, além dos da celeridade e da economia processual, postergo a designação e realização da audiência de conciliação para momento processual oportuno.

Ressalto que não haverá danos às partes, as quais poderão, inclusive, apresentar minuta de acordo; ou, caso queiram, requerer a dispensa da audiência conciliatória, nos termos do art. 334 do CPC.

**Assim, expeça-se carta de citação, para que a parte demandada apresente defesa, caso queira, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de sofrer os efeitos da revelia.**

Havendo contestação, intime-se a parte oponente, via ato ordinatório, para apresentar impugnação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Após, intmem-se as partes para especificarem as provas que pretendem produzir, justificando-as, no prazo de 15 (quinze) dias.

**Inclua-se no pólo passivo a empresa CANNES PUBLICIDADE LTDA.**

Intmem-se e Cumpra-se.

Goiânia, datado e assinado digitalmente

**Cláudio Henrique Araújo de Castro**

Juiz de Direito

gab. 1

Valor: R\$ 100.000,00  
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Processo de Conhecimento -> Procedimentos Especiais -> Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa  
GOIÂNIA - 1ª UPJ VARAS CÍVEIS: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª E 32ª  
Usuário: JAMES FREDERICO ROCHA COELHO - Data: 07/12/2023 15:09:48

